

NOTA TÉCNICA

Nº 64 – Agosto/2017

Caracterização das Pesquisas Domiciliares com Ênfase na PNAD Contínua

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Francisco de Queiroz Maia Júnior – Secretário

Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante – Secretário adjunto

Júlio Cavalcante Neto – Secretário executivo

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

Cláudio André Gondim Nogueira – Diretor de Estudos de Gestão Pública

Nota Técnica

Ano 14 – nº 64 – Agosto de 2017

Autor: Daniel Suliano (*Analista de Políticas Públicas*)

Colaborador: Matheus Carvalho (*Estagiário*)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão: Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geossocioeconômicas e da assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Valores: Ética e transparência; Rigor científico; Competência profissional; Cooperação interinstitucional e Compromisso com a sociedade.

Visão: Ser uma Instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) - Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo - Cambéba | Cep: 60.822-325 | Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521
<http://www.ipece.ce.gov.br/>

Sobre a Nota Técnica

A Série **Notas Técnicas** do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) tem como objetivo a divulgação de trabalhos técnicos elaborados pelos servidores do órgão, detalhando a metodologia empregada para análise de temas de interesse do Estado do Ceará.

Nesta Edição

A presente **Nota Técnica** tem como objetivo apresentar as principais diferenças metodológicas das pesquisas domiciliares PNAD, PME e PNAD Contínua bem como os mais variados indicadores no que tange ao mercado de trabalho tais como trabalho remunerado, ocupação, desocupação e taxa de desemprego utilizado por elas ao longo dos anos.

Destaca-se, ainda, no documento uma análise mais detida dos principais indicadores socioeconômicos da PNAD Contínua e das variáveis que são atualmente mensuradas na pesquisa para a análise de fluxos, dinâmica e indicadores da Força de Trabalho.

APRESENTAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde a década de 1960 faz uso das pesquisas domiciliares para investigação das características socioeconômicas e indicadores da evolução da força de trabalho do país.

Esse processo se iniciou com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), ampliou-se com o Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF) em 1974-1975 e os Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Em 1980, a implantação da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) aperfeiçoou as informações voltadas para a avaliação conjuntural do mercado de trabalho.

Mais recentemente, o IBGE reformulou suas pesquisas por amostras de domicílios através da implantação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), do qual a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) é um dos pilares básicos. Nesse contexto, a PNAD Contínua tende a substituir a PNAD e a PME.

Nesta nota técnica foram apresentadas as principais diferenças metodológicas entre a PNAD, a PME e a PNAD Contínua bem como alguns dos principais indicadores no que tange ao mercado de trabalho utilizado pelas pesquisas ao longo dos anos.

Adicionalmente, é feita uma análise detida dos principais indicadores socioeconômicos da PNAD Contínua e das variáveis que são mensuradas na pesquisa para a análise de fluxos, dinâmica e indicadores da Força de Trabalho.

1. Contextualização das Pesquisas Domiciliares no Brasil

A partir de 1967, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) implantou progressivamente no Brasil o sistema de pesquisas domiciliares, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Além de investigar características socioeconômicas, tais como educação, trabalho, rendimento e habitação, a PNAD investigou ao longo de seus levantamentos outras características de periodicidade variável, como, por exemplo, migração, fecundidade, nupcialidade, saúde e nutrição.

Com início no segundo trimestre de 1967, a PNAD teve seus resultados apresentados trimestralmente até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser realizados no último trimestre do ano, sendo interrompidos apenas em 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, em razão dos Censos Demográficos.

Nos anos de 1974 e 1975, a PNAD também foi interrompida por conta do Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF), que, além dos temas levantados na PNAD, investigou o consumo alimentar e orçamentos familiares.

Ao longo da década de 1980 as pesquisas mantiveram inalteradas as características do levantamento básico no intuito de gerar uma série histórica de resultados. A partir de 1987, a pesquisa básica incorporou a investigação da cor das pessoas e a existência de rádio e televisão nos domicílios particulares permanentes. Por razões orçamentárias, a PNAD não foi a campo em 1994.

Na PNAD 1992 o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente no intuito de captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividades econômicas que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada.

Ademais, as informações da pesquisa foram estruturadas de forma a possibilitar resultados harmonizados conceitualmente com os obtidos nos levantamentos das PNADs anteriores. Nesse contexto, duas categorias novas e uma categoria específica, denominada de “trabalhadores domésticos”, para abarcar as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado, foram assim inseridas na classificação das pessoas ocupadas por posição na ocupação.

Por sua vez, a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar (CBO) e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar (CNAE) passaram a ser adotadas a partir da PNAD 2002 para a classificação das ocupações e atividades investigadas.

Para fins de estudo e avaliação, na PNAD de 2005 foi introduzida à investigação da existência de registro de nascimento, o que evidenciou que a amostra da pesquisa não é adequada para esse tipo de característica uma vez que a sua amostra não foi estruturada para captar pequenas populações ou aspectos concentrados em determinadas áreas. Não obstante, os resultados encontrados tiveram implicações importantes para o Ceará na medida em que foram observadas as maiores taxas de subregistro, tendo o IBGE destacado a possibilidade de o Estado não estar suficientemente representado na amostra da PNAD. Outros estados, como Amazonas, Roraima, Pará, Maranhão, Piauí e Paraíba também tiveram o mesmo problema na pesquisa. Adicionalmente, o IBGE também destacava que dos 5.506 municípios brasileiros existentes em 2000, 419 não possuíam sequer um Cartório do Registro Civil, havendo inclusive municípios onde a jurisdição dos cartórios existentes abrangia uma vasta área geográfica, dificultando o acesso de parte da sua população ao serviço.

A Lei Nº 11.274, de 2006, ocasionou ajustes na investigação da parte de educação a partir da PNAD 2007. As mudanças foram desenvolvidas de forma gradual na medida em que a Lei estabelecia prazo até 2010 para os Municípios, Estados e o Distrito Federal efetivarem plenamente as alterações.

O sistema operacional da pesquisa para a realização das operações de coleta foi aprimorado na PNAD de 2007 ao ser introduzido o uso do coletor eletrônico *Personal Digital Assistant* (PDA).

Em 1980, paralelo a PNAD, foi implantada a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), fazendo uso de informações voltadas para a avaliação conjuntural do trabalho com periodicidade mensal para as Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Ao longo de sua existência, a PME representou uma das principais fontes para a avaliação das flutuações e tendências da força de trabalho. Algumas características sócio-demográficas e educacionais também faziam parte da pesquisa com o objetivo de possibilitar melhor entendimento da força de trabalho.

Mudanças estruturais no sistema produtivo e seus consequentes rebatimentos no mercado de trabalho desde a implantação da pesquisa gerou uma série de revisões na metodologia da PME. Em 1982, a pesquisa foi submetida a uma revisão completa. Já nos anos de 1988 e 1993 foram realizados apenas ajustamentos ao plano de amostragem. Finalmente, em 2001, a pesquisa foi amplamente revisada em termos metodológicos no âmbito de atender as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Mais precisamente, as alterações metodológicas introduzidas na revisão em 2001 envolveram ampliação da investigação ao melhor conhecimento da população ocupada e da população à procura de trabalho. Neste último conceito, a alteração se deu a partir da tomada de providência efetiva para conseguir algum tipo de trabalho estabelecido com empregadores além de prestação de concurso, inscrição em concurso, consulta a agência de emprego, sindicato ou órgão similar, entre outras. Adicionalmente, foram feitas alterações nos instrumentos e nos procedimentos de coleta (introdução da coleta eletrônica) bem como alterações no processo de expansão da amostra.

O IBGE ressaltou que a captação mais adequada das características do trabalhador e de sua inserção no sistema produtivo tende a fornecer informações mais adequadas para a formulação e acompanhamento de políticas públicas. Essa revisão também veio a permitir estudos acerca de características demográficas, sociais e econômicas do mercado de trabalho e produção de informações internacionalmente comparáveis no que diz respeito a conceitos e métodos.

Mais recentemente, o IBGE reformulou suas pesquisas por amostras de domicílios através da implantação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), do qual a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) é um dos pilares básicos, de acordo com IBGE (2014).

A implementação da PNAD Contínua como pesquisa amostral também atende recomendações metodológicas e conceituais de instâncias e organismos internacionais, como a Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (UNSC) e a OIT, tendo inclusive recebido assistência técnica deste último no tocante a sua implementação. Esses organismos internacionais bem como órgãos governamentais, centros de estudo e pesquisadores já

vinham questionando a inexistência de indicadores conjunturais relativos à Força de Trabalho para todo o país e unidades federativas.

Nesse contexto, a PNAD Contínua iniciou-se em 2012 em substituição a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no que tange às estatísticas do mercado de trabalho. Ao substituir a PME e a PNAD, a PNAD Contínua ampliou os resultados das duas pesquisas na medida em que abrange todo o território nacional e disponibiliza informações periódicas.

Adicionalmente, a PNAD Contínua atende às recomendações internacionais vigentes no momento da concepção da pesquisa bem como às discussões preparatórias da 19ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho e recomendações da Conferência em outubro de 2013 sobre trabalho, ocupação e subutilização da mão de obra.

Como parte do SIPD, a PNAD Contínua constitui um modelo de produção de pesquisas amostrais domiciliares visando o planejamento, a execução, a análise e a disseminação dos resultados das diversas pesquisas de forma coordenada. Além da PNAD Contínua, o SIPD conta atualmente com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

2. Nível de Abrangência e Objetivos Gerais das Pesquisas Domiciliares no Brasil

Como já dito acima, a PNAD iniciou-se em 1967, na área que hoje compreende o Estado do Rio de Janeiro abrangendo as regiões Nordeste, Sudeste e Sul e o Distrito Federal já ao final da década de 1960.

Ao ser reiniciada em 1971, a pesquisa abrangeu as áreas que, atualmente, abrangem o Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo e a Região Sul. Em 1973, a cobertura da pesquisa era composta pelas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, o Distrito Federal e a área urbana da região Norte e demais unidades federativas da Região Centro-Oeste. Esse desenho foi mantido até 1979.

Em 1981, uma nova ampliação da abrangência geográfica da PNAD foi feita passando a excluir somente a área rural da antiga Região Norte, que compreendia, na época, os estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Finalmente, em 2004, a PNAD foi

implantada na área rural destes estados alcançando a cobertura completa do Território Nacional.

Deve-se ressaltar que para as PNAD de 1988 a 1990 as estatísticas para a Região Norte não incluíram a parcela correspondente ao atual Estado do Tocantins, tendo nesse período permanecido na região Centro-Oeste e apenas em 1992, por razões técnicas, passou a fazer parte da Região Norte. Nesses termos, visando manter a homogeneidade dos resultados produzidos, as estatísticas apresentadas de 1992 a 2003 para a Região Norte referiram-se somente à sua parcela urbana, não agregando as informações da área rural do Estado do Tocantins, sendo, portanto, dado um tratamento específico para a expansão da parcela referente à área urbana do Estado.

Por sua vez, a PME foi uma pesquisa de periodicidade mensal ao fazer uso de uma amostra probabilística de, aproximadamente, 38.500 domicílios situados em seis Regiões Metropolitanas, como já dito acima. O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), por meio de convênio com o IBGE, realizou desde 1999 a PME para a Região Metropolitana de Curitiba.

Ao longo de 36 anos, a PME produziu indicadores mensais sobre a força de trabalho que permitiam avaliar as flutuações e a tendência do mercado de trabalho a médio e longo prazo da população residente urbana, além de atender a outras necessidades importantes para o planejamento socioeconômico dessas áreas. Adicionalmente, abrangia informações referentes à condição de ocupação, posição na ocupação, condição de atividade, rendimento médio nominal e real, posse de carteira de trabalho assinada, entre outras.

De setembro de 2001 a dezembro de 2002, a pesquisa foi revisada sendo, então, realizada em paralelo à antiga com o objetivo de possibilitar a avaliação das alterações feitas e seus impactos. Deve-se enfatizar que o aperfeiçoamento da PME trouxe à baila a questão da contradição entre o avanço metodológico e a manutenção da comparabilidade histórica. Dentro desse contexto, não era desejo produzir rupturas, mas apenas implementar indicadores utilizados nas medições anteriores na formulação nova e, simultaneamente, num período de 12 meses, conduzir ambas as pesquisas para que os resultados das mudanças fossem analisados e explicados.

As informações sóciodemográficas da PME eram obtidas para todos os moradores entrevistados e as referentes à educação e trabalho para as pessoas de 10 anos ou mais de idade. Deve-se destacar a garantia da pesquisa na representatividade dos resultados para os níveis geográficos em que a pesquisa era produzida.

Atualmente, a PNAD Contínua visa produzir indicadores para acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, a médio e longo prazo, da força de trabalho e outras informações necessárias para o estudo e desenvolvimento socioeconômico do país.

A população alvo da PNAD Contínua é constituída, basicamente, por pessoas moradoras em domicílios particulares permanentes de vinte Regiões Metropolitanas (RM), a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) da Grande Teresina, cinco capitais e o Distrito Federal. O tamanho da amostra é de, aproximadamente, 211.344 domicílios particulares permanentes.

Na PNAD Contínua cada domicílio selecionado é visitado cinco vezes, durante cinco trimestres consecutivos. Assim, um domicílio é visitado pela segunda vez três meses após a primeira visita, pela terceira vez três meses após a segunda visita, e assim por diante. A pesquisa segue um esquema de rotação intitulado 1-2(5), onde de um trimestre para o próximo há uma sobreposição de 80% dos domicílios, e de um trimestre para o mesmo trimestre do ano seguinte de 20%.

No que tange as informações sobre o tema trabalho, a pesquisa faz uso de um questionário reduzido e de um ampliado. No questionário reduzido, as informações sobre o trabalho são restritas a rendimentos gerados para o domicílio, e que tem, portanto, características cuja produção é voltada para o mercado. No questionário ampliado, de nível mais abrangente, o mesmo é aplicado na primeira entrevista de cada domicílio, que inclui além das variáveis contidas no reduzido, informações sobre outras formas de trabalho, cuja produção não é voltada para o mercado.

Na produção das informações trimestrais, o questionário reduzido, bem como as características básicas dos moradores (condição no domicílio, sexo, idade, cor ou raça e educação) são investigados em 100% dos domicílios pesquisados em cada trimestre. Por outro lado, visando produzir resultados anuais, o questionário ampliado abrange informações sobre outras formas de trabalho como a produção para o próprio consumo,

trabalho voluntário, cuidado de pessoas do domicílio e/ou da família e os afazeres domésticos, sendo investigado em apenas 20% da amostra de cada trimestre com seus dados acumulados para gerar resultados referentes a um ano civil.

Já os demais temas permanentes da pesquisa como, por exemplo, migração, fecundidade e trabalho infantil são investigados em um trimestre específico ou aplicados em uma parte da amostra a cada trimestre e acumulados para produzir resultados anuais, assim como os temas suplementares.

3. Principais Diferenças Metodológicas entre PNAD, PME e PNAD Contínua

Como visto acima, PNAD, PME e PNAD Contínua têm diferenças de abrangência, de amostra e metodológicas, que inviabilizam o processo de comparação entre elas.

Nos quadros, a seguir, estão sintetizadas algumas das principais diferenças. No Quadro 1 são apresentadas diferenças no que concerne a abrangência de coleta da informação, abrangência de divulgação dos resultados, periodicidade, semana de referência e população investigada para o tema trabalho. No Quadro 2 são apresentadas diferenças no que tange a pessoa ocupada e no Quadro 3 a pessoa desocupada. Finalmente, o Quadro 4 traz comentários com relação ao plano amostral das pesquisas.

Quadro 1: Diferenças Metodológicas

Características	PME	PNAD	PNAD Contínua
Abrangência de coleta da informação	Área urbana de 6 Regiões Metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio Janeiro, São Paulo, Porto Alegre) - (Amostra de 145 Municípios)	Nacional (Amostra de 1.100 municípios)	Nacional (Amostra de 3.500 municípios)
Abrangência de divulgação dos resultados	Conjunto das seis Regiões Metropolitanas e cada uma das seis Regiões Metropolitanas separadamente	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e 9 Regiões Metropolitanas (Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre)	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas que incluem os municípios das capitais e municípios das capitais
Periodicidade	Mensal	Anual	Trimestral, Anual e Mensal, por meio de trimestres móveis, para um conjunto restrito de indicadores de trabalho para Brasil.
Semana de referência	Semana imediatamente anterior à definida como de entrevista	Última semana completa de setembro	Semana imediatamente anterior à definida como de entrevista.
População investigada para o tema trabalho	Pessoas de 10 anos ou mais de idade	Pessoas de 10 anos ou mais de idade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Quadro 2: Características da Pessoa Ocupada

PME	PNAD	PNAD Contínua
Pessoa que na semana de referência trabalhou em:		
1. Trabalho Remunerado		
Em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, treinamento etc.)	Em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, etc.)	Em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, treinamento etc.)
Desenvolvido durante pelo menos uma hora na semana	Sem restrições ao número de horas trabalhadas na semana	Desenvolvido durante pelo menos uma hora na semana
2. Trabalho Sem Remuneração		
(Desenvolvido durante pelo menos uma hora na semana)		
2.1 Em ajuda a membro da unidade domiciliar que era conta própria ou empregador.		
Considera como ocupada	Considera como ocupada	Considera como ocupada
2.2 Em ajuda a membro da unidade domiciliar que era empregado		
Considera como ocupada	Considera como ocupada apenas aquela:	Considera como ocupada
	na produção de bens primários	
	(que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária,	
	extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura)	
2.3 Em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo		
Não considera como ocupada	Considera como ocupada	Não considera como ocupada
2.4 Como aprendiz ou estagiário		
Considera como empregado remunerado em benefícios	Considera como não remunerado	Considera como empregado remunerado em benefícios
3. Trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso		
(Desenvolvido durante pelo menos uma hora na semana)		
3.1 Trabalho na produção para o próprio consumo		
Não considera como ocupada	Na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária,	Não considera como ocupada
	Extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados exclusivamente à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar.	
3.2 Na construção para o próprio uso		
Não considera como ocupada	Na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.	Não considera como ocupada
4. Pessoa que, na semana de referência, tinha trabalho remunerado do qual estava afastada temporariamente		
Há algumas restrições quanto ao tempo de afastamento para considerar a pessoa como ocupada	Não há restrição alguma quanto ao tempo de afastamento para	Há algumas restrições quanto ao tempo de afastamento para
	considerar a pessoa como ocupada	considerar a pessoa como ocupada

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Quadro 3: Características da Pessoa Desocupada

PME	PNAD	PNAD CONTINUA
a) na semana de referência, estava sem trabalho;	a) na semana de referência, estava sem trabalho; e	a) na semana de referência, estava sem trabalho;
b) estava disponível para assumir um trabalho na semana de referência; e	-	b) estava disponível para assumir um trabalho na semana de referência;
c) no período de referência de 30 dias, havia tomado alguma providência efetiva para conseguir trabalho, sem ter tido qualquer trabalho ou após ter saído do último trabalho que teve neste período.	b) na semana de referência, havia tomado alguma providência efetiva para conseguir trabalho.	c) no período de referência de 30 dias, havia tomado alguma providência efetiva para conseguir trabalho; e
-	-	d) inclui, também, a pessoa, sem trabalho e disponível para trabalhar na semana de referência, que não havia tomado qualquer providência para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias por já ter conseguido trabalho para começar após a semana de referência.

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Quadro 4: Plano Amostral da Pesquisas

PME	A PME utiliza uma amostra probabilística de domicílios, estratificada e conglomerada em dois estágios, para cada região metropolitana de abrangência da pesquisa. Na PME, os municípios e pseudomunicípios (conjuntos de municípios de menor porte em quantidade de domicílios) segundo o Censo Demográfico 2000 correspondem, cada um, a estratos independentes de seleção, garantindo assim o espalhamento da amostra pela região metropolitana. Dentro de cada município ou pseudomunicípio é feita a seleção das unidades primárias de amostragem (UPAs) e, posteriormente, das unidades secundárias de amostragem (USAs). As UPAs da pesquisa são os setores censitários, enquanto as USAs são as unidades domiciliares. Na seleção das unidades primárias e secundárias de amostragem da PME revisada, e implantada em 2001, foram adotadas a divisão territorial e a malha setorial vigentes em 1º de agosto de 2000 e utilizadas para a realização do Censo Demográfico 2000.
PNAD	A pesquisa adota um plano amostral estratificado, conglomerado com dois ou três estágios de seleção dependendo do estrato. A estratificação da amostra da PNAD é feita em duas etapas. Primeiro, é feita uma estratificação geográfica que divide o país em 36 estratos. Dezoito unidades da federação formam cada uma um estrato independente para fins de amostragem. As outras nove unidades da federação dão origem a outros dezoito estratos, pois em cada uma delas são definidos dois estratos: um com todos os municípios e pseudomunicípios da região metropolitana sediada na capital, e o outro com os demais municípios.
	Nos estratos formados pelas regiões metropolitanas, o plano amostral é estratificado por município ou pseudomunicípio e conglomerado em dois estágios. Neste caso, as UPAs são os setores censitários. As USAs são os domicílios. Dentro de cada município ou pseudomunicípio, a seleção dos setores é feita usando amostragem sistemática com probabilidade proporcional ao número de domicílios, proveniente do último Censo Demográfico disponível. Antes de efetuar a seleção dos setores em um município ou pseudo-município, os setores são ordenados segundo a situação (urbano, rural) e o código geográfico, levando a uma estratificação geográfica implícita devido ao uso da amostragem sistemática.
	Alguns municípios considerados grandes em termos populacionais, mas que estão situados fora da região metropolitana, são incluídos na amostra com certeza. Tais municípios são chamados de auto-representativos e também são considerados estratos de seleção, onde as UPAs são os setores censitários e as USAs são os domicílios.
	Nos estratos geográficos formados pelos municípios que não são autorepresentativos nem são situados em regiões metropolitanas, o plano amostral da PNAD é conglomerado em três estágios. As unidades primárias de amostragem são os municípios, as unidades secundárias são os setores e as unidades terciárias de amostragem são os domicílios. Estes municípios são chamados de não autorepresentativos. Os municípios não autorepresentativos são estratificados por tamanho e proximidade geográfica, buscando formar estratos com população total aproximadamente igual, segundo os dados do último Censo Demográfico disponível.
	Em cada um dos estratos de municípios não autorepresentativos, os municípios são selecionados através de sorteio sistemático com probabilidade proporcional à população existente à época do Censo Demográfico. No segundo estágio, a seleção de setores é feita dentro de cada município contido na amostra do primeiro estágio usando o mesmo método já descrito para a seleção de setores nos estratos de regiões metropolitanas ou municípios autorepresentativos. Na seleção das unidades de amostragem da PNAD da segunda década deste século, foram adotadas a divisão territorial e a malha setorial vigentes na data de referência do Censo Demográfico de 2010.
PNAD Contínua	O plano amostral adotado na PNAD Contínua é conglomerado em dois estágios de seleção com estratificação das UPAs. A definição das UPAs levou em consideração o tamanho dos setores censitários, cada uma delas devendo possuir ao menos 60 domicílios particulares permanentes (DPPs), incluindo os ocupados, os ocupados sem entrevista realizada e os vagos. Um setor censitário que possuía 60 ou mais DPPs constituiu sozinho uma UPA. Já os setores censitários, cujos tamanhos eram menores que o mínimo definido, foram agrupados dentro do mesmo subdistrito, respeitando a contiguidade, o tipo e a situação dos setores, até que o grupo formado tivesse ao menos 60 DPPs. Cada um destes grupos formados constituiu uma UPA. No primeiro estágio são selecionadas UPAs com probabilidade proporcional ao número de domicílios dentro de cada estrato definido. A estratificação adotada é a definida para todo o SIPD. A seleção das UPAs é feita do Cadastro Mestre, que contém para cada UPA informações sobre a dependência administrativa e algumas características sociodemográficas. As UPAs que compõem a amostra da PNAD Contínua são as selecionadas para compor a Amostra Mestre de um trimestre. No segundo estágio são selecionados 14 domicílios particulares permanentes ocupados dentro de cada UPA da amostra, por amostragem aleatória simples do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) atualizado. A amostra de UPAs e de domicílios é dividida pelos 3 meses de um trimestre, seguindo o esquema de rotação.

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

4. Características da PNAD Contínua

Nesta seção, são descritas aspectos gerais da PNAD Contínua tendo como destaque as características relacionadas ao Mercado de Trabalho.

4.1. Aspectos Gerais (Período de Referência, Domicílio e Morador)

A Semana de Entrevista é aquela de domingo a sábado destinada à realização das entrevistas nas unidades domiciliares de um determinado grupo de setores. A Semana de Referência, por sua vez, é a semana de domingo a sábado que precede a semana de entrevista. Esse período é utilizado, por exemplo, na captação de pessoas ocupadas, dias e horas trabalhados efetivamente, dedicação à atividade de produção para o próprio consumo e construção para o próprio uso e dedicação à atividade de cuidado de pessoas. O Último Dia da Semana de Referência é a data que finaliza a semana de referência. É utilizada para calcular a idade das pessoas, o tempo de permanência no trabalho das pessoas ocupadas e o tempo de procura de trabalho para as não ocupadas.

Para aferições no que concerne ao desemprego, utilizada na captação da procura efetiva de trabalho, faz-se uso do Período de Referência de 30 dias, definido como o período de 30 dias que finaliza no último dia da semana de referência. Já para a captação da disponibilidade das pessoas ocupadas para iniciar um trabalho adicional ou trocar de trabalho é utilizado o Período de Referência de 30 Dias Contados a partir do 1º dia da Semana de Referência. Finalmente, para o período de captação dos rendimentos de trabalho efetivamente recebidos, além dos outros rendimentos (pensão alimentícia, seguro desemprego etc.) é utilizado o Mês de Referência.

Com relação à moradia, considera-se domicílio o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal na data de referência da pesquisa. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é cercado por paredes, muros, cercas etc., e coberto por um teto, permitindo que seus moradores se isolem das outras pessoas da comunidade e se protejam das condições climáticas e do meio ambiente. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas. Ou seja, local de habitação tem acesso direto para a via pública ou para terreno, galeria, corredor, passagem, saguão etc., público ou comunitário.

Deve-se frisar que somente quando forem atendidas, simultaneamente, as condições de separação e independência caracteriza-se como domicílio. Adicionalmente, pode-se

classificar os domicílios como particulares ou coletivos. No caso dos particulares, são moradias onde o relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. Já os coletivos, são moradias onde prevalece o cumprimento de normas administrativas. Por conta de seus objetivos e em virtude do esquema de rotação de domicílios que ocorre na pesquisa, a PNAD Contínua pesquisa apenas domicílios particulares permanentes.

Finalmente, é considerado morador da unidade domiciliar (domicílio particular permanente) a pessoa que tinha como local de residência habitual e na data da entrevista, estando presente ou temporariamente ausente por período não superior a doze meses em relação àquela data.

4.2. Características Sócio-demográficas e Educacionais

Como visto acima, na PNAD Contínua a idade é calculada em relação ao último dia da semana de referência. Para a cor ou raça, a pessoa pode ser autotranscrita como branca, preta, parda, amarela (pessoa que se declara de origem japonesa, chinesa, coreana etc.) e indígena (pessoa que se declara indígena ou índia).

Com relação à condição de unidade domiciliar, as pessoas são classificadas em função da relação com a pessoa indicada pelos membros como a responsável pelo domicílio, com um total de 18 categorias, além da própria pessoa responsável pelo domicílio, totalizando, assim, 19 categorias. Como pode haver mais de uma pessoa responsável, a PNAD Contínua considera aquela dentre as pessoas responsáveis escolhidas, que vai iniciar a lista de moradores no domicílio.

Na PNAD Contínua pode-se classificar o cônjuge ou companheiro (a) como sendo de sexo diferente ou do mesmo sexo. Nesse contexto, a pessoa pode ser classificada como (homem ou mulher) que vive conjugalmente com a pessoa responsável pelo domicílio, sendo de sexo diferente existindo ou não vínculo matrimonial ou, ainda, classificada como (homem ou mulher) que vive conjugalmente com a pessoa responsável pelo domicílio, sendo ambas de mesmo sexo.

No caso de filhos, tem-se o filho(a) do responsável e do cônjuge, seja consanguíneo(a), adotivo(a) ou de criação e também o filho(a) somente do responsável, seja consanguíneo(a),

adotivo(a) ou de criação. Nesse mesmo contexto, tem-se também o enteado(a), para o(a) filho(a) somente do cônjuge, seja consanguíneo(a), adotivo(a) ou de criação. Assim como os filhos, tem-se a categoria do neto(a), para o(a) neto(a) da pessoa responsável pelo domicílio e bisneto(a), para o bisneto(a) da pessoa responsável pelo domicílio.

Adicionalmente, tem-se o genro ou nora, para o genro ou a nora da pessoa responsável pelo domicílio; pai, mãe, padrasto ou madrasta, para o pai, a mãe, o padrasto ou a madrasta da pessoa responsável pelo domicílio, respectivamente; o sogro(a), para o(a) sogro(a) da pessoa responsável pelo domicílio; irmão ou irmã, para o irmão ou irmã consanguíneo(a), adotivo(a) ou de criação da pessoa responsável pelo domicílio; avô ou avó para o avô ou avó da pessoa responsável pelo domicílio e, ainda, outro parente, que pode ser o(a) bisavô(ó), cunhado(a), tio(a), sobrinho(a), primo(a) da pessoa responsável pelo domicílio.

Outras cinco categorias, mesmo não guardando relação de parentesco com a responsável pelo domicílio, são pessoas residentes no domicílio, categorizadas em: agregado(a), que é aquela pessoa que não compartilha despesas e não paga hospedagem nem contribui para as despesas de alimentação e moradia do domicílio; convivente, que é a pessoa que divide as despesas de alimentação e/ou moradia; pensionista, que é aquela pessoa que paga hospedagem. As outras duas últimas categorias são o empregado(a) doméstico(a) e o parente do(a) empregado(a) doméstico(a). No caso da primeira, é aquela pessoa que presta serviços domésticos remunerados a um ou mais moradores do domicílio e a segunda não presta serviços domésticos remunerados a moradores do domicílio.

Nas características educacionais, são investigadas todas as pessoas de 5 anos ou mais de idade. Entre as características analisadas na pesquisa, destacam-se a Alfabetização, a Frequência a Escola e o Nível de Instrução.

É considerada alfabetizada a pessoa que sabe ler e escrever pelo menos um recado ou bilhete simples no idioma que conhece. Por sua vez, considerou-se que frequentava escola a pessoa que estava matriculada e frequentava curso de pré-escola (maternal ou jardim de infância); de alfabetização de jovens e adultos; regular, do ensino fundamental ou do ensino médio; de educação de jovens e adultos (EJA), do ensino fundamental ou do ensino médio; superior; de mestrado; de doutorado; de educação à distância (EAD) de qualquer nível (fundamental, médio ou superior). Adicionalmente, considerou-se também quem

frequentava a escola a pessoa matriculada que estava temporariamente impedida de comparecer às aulas por algum motivo como, por exemplo, doença, falta, férias escolares ou greve.

Por outro lado, não foi considerado quem frequentava escola a pessoa que frequentava somente curso rápido profissionalizante ou de extensão cultural (como, por exemplo, idiomas, informática, corte e costura, dança etc.); curso sequencial de educação superior, de especialização profissional e de pós-graduação que não fosse de mestrado ou doutorado; cursos de ensino fundamental e de ensino médio, ministrados por meio de rádio e de televisão ou por correspondência; ou curso pré-vestibular.

Deve-se também ressaltar que para aquelas pessoas que não frequentavam escola, considerou-se que já havia frequentado quando, anteriormente, havia cursado a classe de alfabetização (CA); a alfabetização de jovens e adultos; os antigos primário (elementar), ginásial (médio 1º ciclo), científico, clássico ou normal (médio 2º ciclo); o regular do ensino fundamental ou do 1º grau; o regular do ensino médio ou 2º grau; a educação de jovens e adultos (EJA) ou supletivo do ensino fundamental, 1º grau, ensino médio ou 2º grau; o superior, o mestrado ou o doutorado. Finalmente, foi considerado também quem já havia frequentado escola a pessoa que prestou os exames do extinto artigo 99 (médio 1º ciclo ou médio 2º ciclo) ou do supletivo (fundamental ou 1º grau, ou médio ou 2º grau) e foi aprovada, embora nunca tenha frequentado curso ministrado em escola.

No que tange ao nível de instrução, a classificação foi obtida em função das informações da série ou ano, nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores com o vigente. Nesses termos, a PNAD Contínua considera sete categorias, sendo elas: sem instrução; ensino fundamental incompleto ou equivalente; ensino fundamental completo ou equivalente; ensino médio incompleto ou equivalente; ensino médio completo ou equivalente e ensino superior.

Para aquelas pessoas sem nível de instrução, são assim classificadas as que nunca frequentaram escola, os que frequentavam e os que não frequentavam, mas já frequentaram.

No caso dos que frequentavam, estão aqueles da pré-escola; a alfabetização de jovens e adultos; a 1ª série do ensino fundamental regular seriado de duração de 8 anos ou da

educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental; o 1º ou o 2º ano do ensino fundamental regular seriado de duração de 9 anos; o ensino fundamental regular não seriado; a educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental não seriado. Entre aqueles que não frequentavam, mas já frequentaram, estão a classe de alfabetização; a alfabetização de jovens e adultos; o antigo primário (elementar), o 1º grau, o ensino fundamental regular seriado de duração de 8 anos ou a educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental, mas que não concluíram, com aprovação, a 1ª série destes cursos; também estão inclusos aqueles com o ensino fundamental regular seriado de duração de 9 anos, mas, no máximo, concluíram, com aprovação, o 1º ano deste curso; e, finalmente, aqueles do ensino fundamental regular não seriado ou a educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental não seriado, mas que não concluíram estes cursos.

A classificação daqueles com ensino fundamental incompleto ou equivalente é uma pessoa que frequentava da 2ª a 8ª série do ensino fundamental regular seriado de duração de 8 anos ou da educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental; do 3º ao 9º ano do ensino fundamental regular seriado de duração de 9 anos; ou, ainda, não frequentava, mas já frequentou o antigo primário (elementar) e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1ª série deste curso; o antigo ginásio (médio 1º ciclo), mas não concluiu este curso; o 1º grau, o ensino fundamental regular seriado de duração de 8 anos ou a educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1ª série e, no máximo, a 7ª série destes cursos; e, finalmente, o ensino fundamental regular seriado de duração de 9 anos e concluiu, com aprovação, pelo menos a 2ª série e, no máximo, a 8ª série deste curso.

Por sua vez, para aqueles com ensino fundamental completo ou equivalente é a pessoa que frequentava a 1ª série do ensino médio regular seriado ou da educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino médio; o ensino médio regular não seriado; a educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino médio não seriado; e, também, a pessoa que não frequentava, mas já frequentou e concluiu, com aprovação, o antigo ginásio (médio 1º ciclo), o 1º grau, o ensino fundamental regular, com duração de 8 anos ou 9 anos; a educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental; ou, ainda, a pessoa que não frequentava, mas já frequentou o antigo científico, clássico ou normal (médio 2º ciclo), o 2º

grau, o ensino médio regular, a educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino médio, mas não concluiu, com aprovação, a 1ª série destes cursos; o antigo científico, clássico (médio 2º ciclo) não seriado, o 2º grau não seriado, o ensino médio regular não seriado, a educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino médio não seriado, mas não concluiu estes cursos.

As pessoas com ensino médio incompleto ou equivalente eram aquelas que frequentavam da 2ª a 3ª série do ensino médio regular seriado, ou da 2ª a 3ª série da educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino médio; ou, então, não frequentavam, mas já frequentaram o antigo científico, clássico ou normal (médio 2º ciclo) seriado, o 2º grau ou o ensino médio regular seriado, a educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino médio seriado e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1ª série, mas não concluiu estes cursos.

Paras as pessoas com ensino médio completo ou equivalente eram aquelas que frequentavam o 1º ano de curso superior de graduação e não concluiu outro curso superior de graduação; ou, ainda, não frequentavam, mas já frequentaram, o antigo científico, clássico ou normal (médio 2º ciclo), o 2º grau, o ensino médio regular ou a educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino médio e concluiu, com aprovação, estes cursos; e, também, curso superior de graduação, mas não concluiu o 1º ano deste curso.

No caso das pessoas com superior incompleto ou equivalente eram aquelas que frequentavam do 2º ao 6º ano de curso superior de graduação e não concluiu outro curso superior de graduação; ou, ainda, aquelas pessoas que não frequentavam, mas já frequentaram, curso superior de graduação e concluiu, com aprovação, pelo menos o 1º ano, mas não concluíram o curso.

Por fim, as pessoas com superior completo eram aquelas que frequentavam mestrado ou doutorado; ou curso superior de graduação e já concluíram, com aprovação, outro curso superior de graduação; e, ainda, não frequentavam, mas já frequentaram, mestrado ou doutorado; ou, também, não frequentavam, mas já frequentaram, e concluíram, com aprovação, curso superior de graduação.

4.3. Características do Mercado de Trabalho

A PNAD Contínua abrange seis tipos de trabalhos, tendo o trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens e serviços como o de maior destaque. Além desse tipo, a pesquisa cataloga o trabalho sem remuneração direta, realizado em ajuda a atividade econômica de membro do domicílio, que recebe a remuneração pelo trabalho do conjunto do domicílio bem como o trabalho na produção de bens e serviços destinados somente ao próprio consumo ou uso das pessoas moradoras do domicílio. Trabalho voluntário e trabalho sem remuneração no cuidado de pessoas também estão no universo abrangente de labuta assim como o trabalho nos afazeres domésticos.

Para pessoas com mais de um trabalho na semana de referência, isto é, ocupada em mais de um empreendimento, define-se como trabalho principal aquele em que a pessoa trabalhava o maior número de horas semanais. Ao haver igualdade no número de horas trabalhadas, define-se como trabalho principal aquele que proporcionava maior rendimento mensal. Ao haver igualdade, também, no rendimento mensal habitual, define-se como trabalho principal aquele em que a pessoa tinha mais tempo de permanência.

Por sua vez, entende-se por empreendimento a empresa, a instituição, a entidade, a firma, o negócio etc., ou, ainda, o trabalho sem estabelecimento desenvolvido individualmente ou com a ajuda de outras pessoas (empregados, sócios, trabalhadores em ajuda a membro da unidade domiciliar). Adicionalmente, um empreendimento pode ser constituído por um ou mais estabelecimentos ou mesmo não ter estabelecimento.

Quanto à posição na ocupação, a PNAD Contínua define quatro categorias: empregado (subdividida em trabalhador doméstico, militar, empregado do setor privado e empregado do setor público), empregador, conta-própria e trabalhador familiar auxiliar.

O empregado é a pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.).

No que tange a categoria do emprego, os empregados são classificados com carteira de trabalho assinada, sem carteira de trabalho assinada e militares e funcionários públicos

estatutários. Os trabalhadores domésticos também são classificados com carteira de trabalho assinada e sem carteira de trabalho assinada.

Entre os subgrupos do empregado, o trabalhador doméstico é a pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares. Já o militar, seja ele do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros militar, é a pessoa que era militar do Exército, Marinha de Guerra ou Aeronáutica, inclusive a que prestava o serviço militar obrigatório, ou da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar.

O empregado do setor privado é a pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica) do setor privado, obrigando-se, geralmente, ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.). Destaque-se que nesse subgrupo estão inclusos o sacerdote, o ministro de igreja, o pastor, o rabino, o frade, a freira e outros clérigos. Finalmente, o empregado do setor público é a pessoa que trabalhava para o governo, em qualquer esfera federal, estadual ou municipal, e que abrange, além das entidades da administração direta, as fundações, as autarquias, as empresas públicas e as empresas de economia mista. Nesse subgrupo, estão inclusas também as pessoas que exerciam mandato eletivo como vereador, deputado, prefeito etc.

Na categoria de empregador no que se refere à posição na ocupação, estão aquelas pessoas que trabalhavam explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado. Por sua vez, o conta-própria é a pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando ou não com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar. Por fim, o trabalhador familiar auxiliar é a pessoa que trabalhava sem receber pagamento, durante pelo menos uma hora na semana de referência, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era empregado, empregador ou conta-própria.

Para aqueles que procuram trabalho, define-se como procura de trabalho que gera rendimentos para o domicílio a tomada de alguma providência efetiva para consegui-lo. Nesses termos, a providência pode ser assim definida: contato estabelecido com empregadores; a prestação de concurso; a inscrição em concurso; a consulta à agência de

emprego, sindicato ou órgão similar; a resposta a anúncio de emprego; a solicitação de trabalho a parente, amigo, colega ou por meio de anúncio; a tomada de medida para iniciar o próprio negócio mediante procura de local, equipamento ou outros pré-requisitos, a solicitação de registro ou licença para funcionamento do empreendimento etc.

5. Principais Variáveis Utilizadas no Mercado de Trabalho

Esta seção destina-se a elencar as principais variáveis que são utilizadas na PNAD Contínua para análise de fluxos, dinâmica e indicadores do mercado de trabalho.

População Total (PT) – População residente.

População em Idade de Trabalhar (PIT) – Pessoas de 14 anos ou mais na data de referência.

Potencial de Trabalhadores – Razão entre a População em Idade de Trabalhar (PIT) e a População Total (PT). Pode também ser denominada de Oferta Potencial de Trabalhadores.

Taxa de Participação (TP) – A TP representa a razão entre a Força de Trabalho (FT) com relação à População em Idade de Trabalhar (PIT). A Taxa de Participação pode também ser denominada de Taxa de Atividade (TA).

Pessoas Ocupadas – São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. Consideram-se também como ocupadas aquelas temporariamente afastadas de trabalho remunerado que não trabalharam durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de: férias, folga, jornada de trabalho variável, licença maternidade e fatores ocasionais. Assim também foram consideradas as pessoas que, na data de referência, estavam, por período inferior a 4 meses: afastadas do trabalho em licença remunerada por motivo de doença ou acidente da própria pessoa ou outro tipo de licença remunerada; afastadas do próprio empreendimento sem serem remuneradas por instituto de previdência; em greve ou paralisação. Além disso, foram consideradas ocupadas as pessoas afastadas por motivos diferentes dos já citados,

desde que tivessem continuado a receber ao menos uma parte do pagamento e o período transcorrido do afastamento fosse inferior a 4 meses.

Pessoas Desocupadas – São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho (que gera rendimentos para o domicílio) nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.

Força de Trabalho (FT) – Pessoas Ocupadas + Pessoas Desocupadas na semana de referência.

Nível de Ocupação (NO) – Percentual de Pessoas Ocupadas na semana de referência em relação à População em Idade de Trabalhar (PIT).

Nível de Desocupação (ND) – Percentual de Pessoas Desocupadas na semana de referência em relação à População em Idade de Trabalhar (PIT).

Taxa de Desocupação (Desemprego) – Indicador que mede uma pressão direta sobre o Mercado de Trabalho de pessoas sem trabalho, que procuraram trabalho e estão disponíveis para começar a trabalhar imediatamente. São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho (que geram rendimentos para o domicílio) nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.

Fora da Força de Trabalho (FFT) – Força de Trabalho Potencial (FTP) + Fora da Força de Trabalho Potencial (FFTP).

Força de Trabalho Potencial (FTP) – Conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformarem em Força de Trabalho. Esse contingente é formado por dois grupos: i) Pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam

disponíveis para trabalhar na semana de referência; ii) Pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência. Assim, a Força de Trabalho Potencial inclui além dos trabalhadores desalentados as pessoas que começaram a procurar trabalho para começar num futuro, tais como: i) estudantes que buscam trabalho com a intenção de começar a trabalhar quando terminarem os estudos; ii) pessoas que estão com algum impedimento, como por exemplo: saúde, gravidez etc.

Força de Trabalho Ampliada (FTA) – Força de Trabalho (FT) + Força de Trabalho Potencial (FTP), na semana de referência.

Taxa Composta da Subutilização da Força de Trabalho [Taxa Composta = (Subocupados por Insuficiência de Horas + Desocupados + FTP)/(FT + FTP = FTA)] – É dada pela relação dos Subocupados por Insuficiência de Horas Trabalhadas adicionados aos Desocupados e a Força de Trabalho Potencial sobre a Força de Trabalho Ampliada. É um indicador geral da necessidade não satisfeita de trabalho na população. Nesses termos, representa o percentual da população com interesse no mercado de trabalho que expressa ter uma quantidade insuficiente de trabalho, seja em termos de Oferta de Postos de Trabalho, seja em termos de Insuficiência de Horas Trabalhadas.

A Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho ao incluir os trabalhadores desencorajados permite mensurar o que a literatura classifica como “Desemprego Oculto”, dando uma maior amplitude do impacto do desemprego durante as recessões mais severas ao longo dos Ciclos de Negócios.

Pessoas Subocupadas por Insuficiência de Horas Trabalhadas – Pessoas de 14 anos ou mais de idade que na semana de referência: i) trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único ou no conjunto de todos os seus trabalhos; ii) gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; iii) estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.

Referências Bibliográficas

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Nota Técnica 01/2016 de 12 de setembro de 2016.** Rio de Janeiro: IBGE. 2016. 5p. Disponível em:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_012016.pdf. Acesso em: 1 de ago. 2017.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Nota Técnica 02/2016**: Medidas de Subutilização da Força de Trabalho. Rio de Janeiro: IBGE. 2016. 8p. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_022016.pdf. Acesso em: 1 de ago. 2017.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Notas Metodológicas**. Rio de Janeiro: IBGE. 2014. 47p. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Notas_metodologicas/notas_metodologicas.pdf. Acesso em: 1 de ago. 2017.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Novos Indicadores Sobre a Força de Trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. 2016.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro. IBGE. (**Notas Metodológicas, vol.1**). 47p. 2014.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Pesquisa básica, acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal, aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade, sindicalização, aspectos das relações de trabalho e práticas de esporte e atividade física. Rio de Janeiro. IBGE (**Notas metodológicas, vol. 1**) 104p.2015.) Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/microdados.shtm>>. Acesso em: 4 de ago. 2017.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, PNAD e PNAD Contínua. Rio de Janeiro. IBGE (**Notas Metodológicas, vol. 1**) 11p. 2015.

Pesquisa Mensal de Emprego. Rio de Janeiro: IBGE. 2007 (**Série Relatórios Metodológicos, vol. 2.**).